

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SYLMARA APARECIDA BONTORIM VALÉRIO

**CURRÍCULO ESCOLAR E AS VIVÊNCIAS DA POBREZA E DA EXTREMA
POBREZA**

CURITIBA

2016

SYLMARA APARECIDA BONTORIM VALÉRIO

**CURRÍCULO ESCOLAR E AS VIVÊNCIAS DA POBREZA E DA EXTREMA
POBREZA**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador(a): Prof(a). Me(a). Elisandra Angrewski

CURITIBA

2016

CURRÍCULO ESCOLAR E AS VIVÊNCIAS DA POBREZA E DA EXTREMA POBREZA

Sylmara Aparecida Bontorim Valério

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa que teve como objetivo verificar se o Projeto Político Pedagógico (PPP) tem considerado os saberes e as identidades construídas a partir das vivências da pobreza e da extrema pobreza. Para tal, partiu-se da análise documental do PPP do Colégio Estadual do Campo São Jorge, do distrito de Terra Nova, no município de São Jerônimo da Serra, situado no Paraná. A pesquisa revelou um PPP bem elaborado, abrangente, com referências à pobreza, mas, com uso de outros sinônimos, sem utilizar-se da palavra “pobreza”. No entanto, pode-se concluir, por meio da análise documental e da vivência da pesquisadora nesta escola, que a prática cotidiana na escola não condiz com o documento. Neste artigo foram levantados alguns fatores que podem ser os responsáveis pelo distanciamento entre a prática cotidiana e o documento orientador, destaca-se a grande rotatividade de profissionais e a ausência de profissionais residentes na comunidade.

Palavras-chave: currículo escolar; pobreza; desigualdade social.

1 INTRODUÇÃO

Miguel Arroyo afirma que “as mudanças no campo da cultura, dos valores e da ética nos interrogam tanto ou mais do que as mudanças no campo do conhecimento” (ARROYO, 2014, p. 20). Diante de tal afirmação, e em virtude do fracasso escolar de forma geral, além da falta de acolhimento e reconhecimento dos alunos pobres, advindos do coletivo feito desiguais, percebe-se, uma necessidade de repensar os currículos escolares. Nossos currículos se encontram escassos de experiências e

significados sociais, mantém-se nos mesmos o conhecimento abstrato e conceitual, ignorando os sujeitos sociais e suas experiências, o que gera um grande desinteresse e o distanciamento pela grande maioria dos alunos. Neste sentido, propõe-se um novo olhar para o currículo escolar, um olhar que considere os saberes e as identidades construídas a partir das vivências da pobreza e da extrema pobreza - condições estas, vividas pela maioria dos nossos alunos; incorporando indagações enraizadas nas experiências humanas.

Como bem nos lembra o prof. Dr. Miguel Arroyo - currículo é uma síntese da escola, síntese do conhecimento, síntese da cultura; vivemos em função do que vai ser ensinado e nossos alunos em função do que é ensinado e do que tem que ser aprendido. Assim, justifica-se a relevância em questionar como nossos currículos têm pensado a pobreza tão presente em nosso espaço escolar. Nossa abordagem, despertada a partir da leitura do módulo IV – Pobreza e Currículo – uma complexa articulação, do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, estará sustentada pelas teorias de importantes estudiosos no assunto como Miguel Arroyo, Gimeno Sacristán, Paulo Freire entre outros que reflipam sobre a questão do currículo e da pobreza. Assim, buscamos os pressupostos teóricos para após realizar uma pesquisa documental dos documentos orientadores do Colégio Estadual do Campo São Jorge, situada no distrito de Terra Nova no município de São Jerônimo da Serra, estado do Paraná. Sendo assim, este artigo é resultado desta pesquisa e está organizado da seguinte forma: revisão de literatura sobre o currículo escolar; análise documental do PPP com as inferências obtidas e as conclusões finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Os estudos sobre currículo nasceram nos Estados Unidos com duas tendências iniciais: a de Bobbitt (mais conservadora) a qual buscava igualar o sistema educacional ao sistema industrial, utilizando-se do modelo organizacional e administrativo de Frederick Taylor, e ainda com suporte nas teorias de Ralph Tyler e John Dewey. Tyler defendia a idéia de organização e desenvolvimento curricular essencialmente técnica. Já, John Dewey preocupava com a construção da democracia liberal e considerava relevante a experiência das crianças e jovens com uma postura mais progressista. Na

década de 60 com grandes agitações surgem críticas às concepções mais tradicionais e técnicas do currículo. A partir dos anos 70, que teve com o marco inicial a I Conferência sobre Currículo, surgiu duas tendências críticas no campo do currículo, se opondo às teorias de Bobbitt e Tyler. Michael Apple, um dos expoentes nesse âmbito, parte dos elementos centrais do marxismo, colocando o currículo no centro das teorias educacionais críticas e relacionando-o às estruturas mais amplas, contribuindo assim para politizá-lo. Já o currículo como política cultural, de Henry Giroux fala numa “pedagogia da possibilidade” a qual supere as teorias de reprodução. Giroux compreende o currículo a partir dos conceitos de emancipação e liberdade, vendo a pedagogia e o currículo como um campo cultural de lutas. Assim, suas análises ocuparam-se mais com aspectos culturais do que educacionais, incorporando contribuições do pós-modernismo e do pós-estruturalismo. Outro autor de destaque em relação ao currículo é Paulo Freire. Sua teoria claramente pedagógica não se limitou em analisar a educação existente, e sim em como ela deveria ser. Sua crítica ao currículo estava em relação ao conceito de educação bancária. No entanto, concebe o ato pedagógico como um ato dialógico em que educadores e educandos participam da escolha dos conteúdos e da construção do currículo. Nos anos 80, Demerval Saviani critica a pedagogia pós-colonialista de Paulo Freire por enfatizar os métodos do processo na aquisição do saber; para Saviani conhecimento é poder e a apropriação do saber universal é a condição básica para a emancipação dos grupos excluídos. Sobre currículo Gimeno Sacristán, (2013, p. 10)¹ reflete que:

Se por um lado o currículo é uma ponte entre a cultura e a sociedade exteriores às instituições de educação, por outro ele também é uma ponte entre a cultura dos sujeitos, entre a sociedade de hoje e a do amanhã, entre as possibilidades de conhecer, saber se comunicar e se expressar em contraposição ao isolamento da ignorância.

Neste sentido, pode-se afirmar que o currículo nunca é neutro, já que podemos reproduzir, ou induzir, as desigualdades e injustiças sociais, ou garantir e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Assim, são diversos os problemas existentes nas escolas que acabam por não acolher de forma adequada as

¹ In: <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo4.pdf> p. 6) Módulo IV - Pobreza e Currículo: uma complexa articulação.

diferentes infâncias e adolescências advindas dos coletivos feitos desiguais. Paulo Freire (2001, p. 123) afirma que:

Na verdade, a compreensão do currículo abarca a vida mesma da escola, o que nela se faz ou não se faz, as relações entre todos e todas as que fazem a escola. Abarca a força da ideologia e sua representação não só enquanto ideias mas como prática concreta.

Sendo assim, a partir das concepções de Freire, destacamos a importância do currículo entendido como um processo de interação entre todas as práticas que acontecem na escola e entre todos que fazem parte da escola; tendo como ponto de partida o momento cotidiano e as experiências de vida dos sujeitos educacionais, objetivando a construção de um conhecimento elaborado, vislumbrando a emancipação do ser humano e assim, sua transformação social. Ainda Freire, defende uma escola democrática onde não se ensina apenas conteúdo, mas o pensar certo, e pensar certo é pensar criticamente reconhecendo-se como sujeito da construção e reconstrução do seu conhecimento. Ainda neste sentido, Miguel Arroio (Módulo IV – EPDS) alerta que já não basta oferecer conhecimentos acumulados sobre a natureza, a sociedade, o espaço, a história, a linguagem etc. e ter ignorado e secundarizado o direito a saber-se no mundo, na sociedade, na natureza, nas relações sociais, econômicas e políticas, no padrão do trabalho, de produção, de apropriação-segregação do espaço da terra e da renda.

Nesta linha de pensamento, Paulo Freire e Miguel Arroyo destacam aqui a urgente necessidade de se repensar nossos currículos, com autonomia, conhecendo e analisando seu contexto social, levantada pela comunidade escolar por meio de um Projeto Político Pedagógico que leve em consideração os valores, os saberes e as identidades construídas a partir das vivências da pobreza e da extrema pobreza. E para complementar tal linha de pensamento, concluo as concepções de currículo com as palavras de Goodson:

Diferentes currículos produzem diferentes pessoas, mas naturalmente essas diferenças não são meras diferenças individuais, mas diferenças sociais, ligadas à classe, à raça, ao gênero. Dessa forma, uma história do currículo não deve estar focalizada apenas no currículo em si, mas também no currículo

enquanto fator de produção de sujeitos dotados de classe, raça, gênero. Nessa perspectiva, o currículo deve ser visto não apenas como a expressão ou a representação ou o reflexo de interesses sociais determinados, mas também como produzindo identidades e subjetividades sociais determinadas. O currículo não apenas representa, ele faz. É preciso reconhecer que a inclusão ou exclusão no currículo tem conexões com a inclusão ou exclusão na sociedade. (GOODSON, 1998, p.10).

No espaço escolar o currículo está expresso na Proposta Pedagógica Curricular (PPC) que é, por sua vez, parte integrante do Projeto Político Pedagógico (PPP).

3 METODOLOGIA

Para realização deste estudo optou-se pelo Colégio Estadual do Campo São Jorge, haja a vista a pobreza presente no município e na comunidade em que está situada. E ainda, com a vivência nesta escola percebeu-se um olhar diferente dos alunos - se sentem parte da escola e isto acaba fazendo toda uma diferença na vida deles; uma escola aberta e democrática. Assim, a partir destes pontos de relevância e a fim de levantar como a questão da pobreza aparece no Projeto Político Pedagógico, realizou-se análise documental, no qual foram construídos quadros com termos-chave, aos quais se acrescentaram outros durante a análise propriamente dita. O objetivo com tais procedimentos foi organizar o conteúdo do documento para que fosse possível empregar algumas técnicas usuais da análise de conteúdo para decifrar, no documento, elementos que servissem ao propósito da pesquisa, essa etapa consistiu num processo de codificação, interpretação e de inferências sobre as informações contidas no PPP, desvelando seu conteúdo manifesto e latente.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento norteador das ações das escolas. É uma ação intencional construída pela comunidade escolar, num processo democrático, dinâmico e contínuo de reflexão. Por meio dele faz-se um compromisso sócio-político visando à formação do cidadão. Um Projeto Político Pedagógico emancipatório requer que a escola compreenda e apreenda a realidade sócio-econômica-cultural e educativa da comunidade onde está inserida. Isto significa a

necessidade da participação ativa dos envolvidos com a escola na construção do PPP e também da interação destes com a comunidade. Assim, sua finalidade é definir para si mesma e para a sua comunidade escolar uma identidade e um conjunto orientador de princípios e de normas que iluminem as ações pedagógicas cotidianas. Neste sentido, como definir a identidade da escola sem ter definido a identidade dos seus alunos, parte maior e prioritária no PPP? Estará o Projeto Político Pedagógico em consonância com a realidade da vivência e experiência dos alunos? A fim de responder e refletir tais questionamentos relataremos algumas informações básicas em relação à pobreza na comunidade em que se localiza o Colégio Estadual do Campo São Jorge. Neste sentido, iniciamos nossa pesquisa, a partir de alguns marcos inseridos no quadro abaixo para identificação na pesquisa.

Quadro – a questão da pobreza no PPP da escola:

<p>Marco conceitual</p> <p>(O que queremos)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - projetar uma filosofia de educação que corresponda a uma formação crítica, intelectual e consciente; - Ensino médio: democratização com escolarização de qualidade, atendendo as diversidades dos alunos e garantindo a formação integral dos cidadãos; - Colaborar na construção de uma sociedade mais justa, mais humana e menos excludente; - Currículo de ensino médio que considere as diferenças regionais e locais, e assegurem a formação do cidadão; - Currículo - que vá além das áreas clássicas do conhecimento para os temas contemporâneos. 	<p>Aspecto relevante: conhecimento da prática cultural do grupo à que a escola se destina.</p> <ul style="list-style-type: none"> - muitos alunos seguirão seu caminho empregando sua força de trabalho na comunidade. 	<p>Trabalho: estudantes oriundos das classes populares, oriundos da zona rural;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Espera-se alunos motivados para os estudos; - Conscientes da importância do estudo em suas vidas, motivados para o prosseguimento dos estudos e da vida profissional; - Que saibam respeitar os espaços individuais e sejam críticos, compreendendo a sociedade e o seu papel, para assim cobrar os seus direitos. 	<p>- Currículo como matéria-prima da escola e do trabalho docente.</p>
--	---	---	--	--

<p>Marco operacional (De que forma)</p>	<p>Perfil da escola:</p> <ul style="list-style-type: none"> - tendências da pedagogia sócio crítica; os conteúdos e métodos, os pressupostos de aprendizagem, relacionamento aluno-professor e as manifestações da prática escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo e qualquer conteúdo de ensino deve estar vinculado ao contexto que o origina e para onde se origina. - Assim, vinculado ao contexto de que a origem e para onde se destina, com condução rica em conteúdos significativos, comprometidos com a solidariedade e emancipação humana da comunidade local e global. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relação aluno-aluno; à aprendizagem - experiências e êxitos; concepção do "erro", ensino e aprendizagem e conteúdos escolares. 	<p>Prática pedagógica</p> <ul style="list-style-type: none"> - conhecer os alunos tanto no aspecto cognitivo como sobre os aspectos da atividade; - tomar como ponto de partida as experiências dos alunos, o conhecimento da vida cotidiana, mediando para daí articular com o conhecimento universal; e assim estar norteado para a elaboração do seu plano pedagógico. - Sala de aula - vínculo afetivo criado pelo professor com sugestões para o reconhecimento de características pessoais dos alunos e levantamento de suas experiências para ponto de partida e também de ter o aluno como aliado para a organização da sala; definir conteúdos a partir das matrizes curriculares e adequá-los de acordo com a realidade levantada.
---	--	---	---	---

Conforme consta no PPP da escola, o Colégio Estadual do Campo São Jorge está situado no distrito de Terra Nova que fica a uma distância de 22 quilômetros da sede no município de São Jerônimo da Serra. Segundo o IBGE, 2000, o município

conta com uma população de 11.751 habitantes, sendo 5.332 concentrados na zona urbana e 6.419 na zona rural, e a economia é basicamente de atividades agrícolas e agropecuárias. O índice de desenvolvimento humano (IDH) é de 0,642% colocando o município entre os vinte mais pobres do Paraná. Sua grande extensão territorial, a concentração na zona rural, a falta de infra-estrutura e falta de investimentos geram grandes dificuldades à população, que sofre com a ausência de pavimentação das vias rurais, acesso precário na saúde e em atendimentos sociais. A população do distrito de Terra Nova é de 3.500 habitantes distribuídos na sede do distrito, sítios, fazendas e dois assentamentos.

O distrito conta com um Posto de Saúde com atendimento básico e atendimento médico de duas vezes por semana. Sendo que os casos de maior complexidade ou que não podem esperar o dia do atendimento médico são encaminhados para o hospital que fica na sede de São Jerônimo da Serra. Detalhe: no hospital não são realizadas cirurgias, nem partos. Assim, as gestantes residentes na comunidade, e na zona rural são encaminhadas para a cidade de Assaí que fica a 65 quilômetros de Terra Nova. Os serviços de Assistência Social são centralizados apenas na sede de São Jerônimo da Serra. Segundo o IBGE a incidência da pobreza no município é de 40,55% e a incidência da pobreza subjetiva 22,39% (2003), estes dados não constam no PPP.

O PPP reporta que há uma diversidade em seu público alvo, sendo que a maioria são filhos e filhas de pequenos agricultores, trabalhadores assalariados rurais, bóias-frias, assentados e outros que vivem do comércio e serviços públicos, no entanto, em nenhum momento cita-se a palavra pobreza ou extrema pobreza. Também é relatado que devido a grande extensão territorial do distrito, a maioria dos alunos depende do transporte escolar (82% dos alunos), sendo que alguns alunos percorrem até 35 quilômetros entre o vir e voltar da escola, e que em sua maioria trabalham no campo nos horários em que não estão na escola. Diante deste contexto o documento ressalta o papel da escola em atender tal diversidade e identidade, da busca pela articulação entre o ensino-aprendizagem e as questões da comunidade, e que:

Esta situação demanda dos professores uma organização do trabalho pedagógico que atenda esta realidade e a dificuldades apresentadas, estes

visualizam a cada dia mais, a necessidade de vincular o conhecimento sistematizado aos saberes destes alunos. (PPP- CECSJ; 2012)

Neste sentido, temos a inferir que o Projeto Político Pedagógico apresenta a realidade existente no seu contexto, no entanto, não se refere a esta realidade como pobreza ou extrema pobreza, as quais pelos índices apresentados podem facilmente ser diagnosticadas. Outro fator de extrema relevância para esta análise é o que se refere ao quadro de funcionários e professores desta escola. A situação no ano de 2016 não é diferente dos outros anos, em que a maioria dos profissionais tem contrato temporário (PSS – Processo Simples e Simplificado²) tendo uma rotatividade muito grande. Não há pedagogos fixos, concursados, assim quase todos os anos mudam-se os profissionais e na maioria das vezes, não são residentes na comunidade, vindos do município sede ou de municípios vizinhos. Do quadro de professores a situação é a mesma, somente dois professores são residentes na comunidade, sendo um concursado e outro PSS, os outros também vem de fora. Diante de tais dados, refletimos que é muito difícil demandar dos professores a organização do trabalho pedagógico para atender a realidade e dificuldades apresentadas, tendo em vista que, devido a rotatividade, uma grande parte dos profissionais não participou da construção do PPP e muitas vezes também não conhecem o documento. Esses profissionais passam a conhecer a realidade por meio dos alunos, durante as aulas e atividades escolares. No entanto, quando começam a conhecer, podem mudar de escola, já que todos os anos ficam na expectativa da escola que irão trabalhar.

Segundo Paulo Freire (1980, p.25), a educação é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade. Assim, podemos refletir que primeiro é preciso conhecer e reconhecer para pensar, analisar e refletir, para então propor ações que visem o melhor na educação dos nossos alunos. Para tal, faz-se essencial a concepção de sociedade e suas transformações ao longo dos anos até a atualidade. Nesta perspectiva, definir o tipo de sociedade presente na comunidade em que se está inserido é o primeiro passo para pensar no que se quer. Assim, o questionamento já

² Pss - Contratação temporária que visa atender a necessidade provisória de excepcional interesse público dos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, que se realiza por processo seletivo simplificado. É regulamentada pelo inciso IX do art. 37 da Constituição da República. No âmbito estadual rege-se pela [Lei Estadual nº 18.185/2009](#) e pelo [Decreto Estadual nº 45.155/2009](#).

levantado no início deste artigo volta a ecoar – Como entender e pensar junto à comunidade se os organizadores educacionais, os que estão à frente para propor, não fazem parte da realidade desta comunidade?

O PPP analisado apresenta o conceito de sujeito como um ser singular que atua no mundo a partir do modo como compreende e como dele lhe é possível participar. Com direito a ter acesso ao conhecimento produzido pela humanidade que, na escola, veiculam-se por meio das disciplinas, possibilitando ao sujeito instrumentos necessários para agir sobre o seu destino. Quando aborda o mundo do trabalho cita-se estudantes oriundos das classes populares, oriundos da zona rural, e segue a abordagem: “mas isto não nos impossibilita de perceber que a maioria dos estudantes têm perspectivas de vida e de futuro.” (PPP – CECSJ, p. 44) O que demonstra um certo estereótipo em relação ao aluno pobre, pois porque não teriam perspectivas de vida e de futuro? Ou melhor, o que seriam as perspectivas de vida e de futuro? Por que na maioria das vezes colocamos os nossos conceitos como os “ideais”? É preciso considerar que muitas vezes as perspectivas de vida e de futuro nem sempre significam fazer um curso de graduação; se formar em alguma profissão “conceituada” pela sociedade. Sposito e Carrano (2003 p. 37), consideram que as orientações profissionais devem pressupor os jovens como sujeitos dotados de autonomia e como interlocutores ativos das políticas a eles destinadas. Neste sentido é necessário a voz do aluno ser ouvida, e para tal, fazê-lo reconhecer sua importância como agente transformador de si e da sociedade. O PPP também cita que:

O fato de termos nas aulas alunos-trabalhadores que estudam não é apenas o melhor ponto para entender por que a escola popular muitas vezes fracassa. Essa condição de trabalhador deverá ser o ponto de partida para encontrar a escola possível e necessária sem cair em acomodações. (PPP-CECSJ, p. 44).

Neste trecho, aponta-se para a existência de um outro estereótipo presente no meio educacional, pois, muitas vezes, acusa-se os alunos-trabalhadores como culpados pelo fracasso escolar, os colocando como desinteressados e faltosos. Segundo Abramo (1997), ao olharmos os jovens como problema social, nos desviamos de ver e compreender os mesmos como protagonistas de seu processo educativo. Este PPP destaca que este deve ser o ponto de partida para se pensar em ações possíveis

sem cair na acomodação. A acomodação leva os profissionais a agirem de forma a não motivar os alunos, justificam que as perspectivas dos alunos são de permanecer na comunidade sem continuar os estudos, com o objetivo de casar, ter filhos e trabalhar como seus pais. Ainda assim, cabe a reflexão: será que o currículo escolar não traz uma grande parcela de culpa pelo fracasso escolar? Será que um currículo construído sem levar em conta os sujeitos alunos-trabalhadores, oriundos das classes populares, da zona rural, pobres, também não tem contribuído para o fracasso escolar? Segundo o artigo: Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional, a prática social de orientação profissional é capaz de estimular o jovem a pensar na construção de seu futuro, por promover a busca sobre si, de sua história, dando-se conta de sua condição presente, das oportunidades e exigências do mundo do trabalho, relacionando-as com suas necessidades, como subsistência, consumo e ocupações. E assim, ao refletir sobre esses pontos, o jovem começa a moldar seu projeto de vida, concomitantemente ao projeto profissional, por perceber seus sonhos, desejos e ideias, em coerência com a realidade possível para o momento e com as perspectivas de futuro. Assim, a orientação profissional seria um item a ser pensado no currículo escolar do Ensino Médio, haja vista o alto índice de evasão escolar, principalmente, entre os alunos-trabalhadores da classe pobre. Neste sentido, Lisboa e Welter apresentam dados referentes a esta realidade educacional: 36,6% dos jovens brasileiros ingressam no mercado de trabalho entre 10 e 14 anos, e 24,2% o fazem entre 15 e 17 anos, demonstrando que parte dos 60,8% de jovens que ingressam no mercado está em idade escolar. Ainda, consideram que 82% dos jovens entre 14 e 29 anos com renda familiar *per capita* inferior a 40% do salário mínimo trabalham ao mesmo tempo em que completam sua escolaridade (ensinos fundamental e médio). Demonstrando que o estudante de baixa renda está defasado em relação à escolaridade, seja por sua inserção precoce no mercado, seja pela evasão escolar (Lisboa & Welter, 2009).

Ao descrever a prática docente no PPP cita-se: “Todo e qualquer conteúdo de ensino deve estar vinculado ao contexto que o origina e para onde se origina”. Assim, vinculado ao contexto de que a origem e para onde se destina, com condução rica em conteúdos significativos, compromissados com a solidariedade e emancipação humana da comunidade local e global. Neste sentido, não podemos esquecer que uma

sociedade não é feita somente de intelectuais, mas de todos os tipos de sujeitos, trabalhadores braçais, donas de casa, agricultores, costureiras, cabeleireiras, cozinheiras, faxineiras, não importa o tipo de trabalho, a formação humana a partir do conhecimento científico e cultural, com certeza, levará a construção de uma sociedade mais justa e feliz. No entanto, o PPP coloca que muitos seguirão seu caminho empregando sua força de trabalho na comunidade e que a escola necessita projetar uma filosofia de educação que corresponda a uma formação crítica, intelectual e consciente, com uma prática atrelada ao objetivo maior – instruir para aquisição da qualidade de vida.

O PPP do Colégio São Jorge deixa claro sobre o perfil do aluno que se pretende formar; a respeito da cidadania e que para tal é necessário consonância entre necessidades sociais e objetivos educacionais. E, enquanto escola rural, colocam suas perspectivas em relação aos alunos. Esperando que estes estejam motivados para os estudos, sejam conscientes da importância do estudo em suas vidas, motivados para o prosseguimento dos estudos e da vida profissional. Que saibam respeitar os espaços individuais e sejam críticos, compreendendo a sociedade e o seu papel, para assim cobrar os seus direitos. Assim, colaborar na construção de uma sociedade mais justa, mais humana e menos excludente, ligadas aos fatores tecnológicos e científicos que movem a sociedade moderna. Ao falar do ensino fundamental destaca-se a cultura como faceta do ensino integral e também um currículo que compreenda um projeto socializador e cultural. Na sequência, assenta como deve ser o currículo, ressaltando que ele vá além das áreas clássicas do conhecimento para os temas contemporâneos, tais como: noções de higiene, educação para o trânsito, sexualidade, consumo, prevenção de drogas, meio ambiente, enfim, que privilegie conteúdos necessários para entender o mundo e seus problemas reais, que capacite o aluno na participação da vida social. Ressalta também a relevância do currículo como matéria-prima da escola e do trabalho docente. E que um dos aspectos relevantes para sua consolidação é o conhecimento da prática cultural do grupo à que a escola se destina. Neste aspecto, mais uma vez, vale ressaltar a nossa tese de que como conhecer a prática cultural tão importante ao currículo, com profissionais distantes da comunidade? Com uma rotatividade grande de profissionais, que a cada ano são pessoas diferentes, que vão e

vem, sem firmar o seu trabalho na comunidade. Em relação ao ensino médio destaca a democratização oferecendo uma escolarização de qualidade, atendendo a diversidades dos alunos e garantindo a formação integral dos cidadãos. Ao termo, enfatiza um currículo de ensino médio que considere as diferenças regionais e locais que assegurem a formação do cidadão; e que no município de São Jerônimo da Serra a demanda educacional para o ensino médio está dividida em quatro instituições: uma na sede, duas na zona rural, sendo uma no Colégio analisado; e a outra, mais recente, na Reserva Indígena São Jerônimo, grande conquista para o povo indígena que conquistaram o direito de ter um ensino diferenciado que privilegie sua cultura. Então, finaliza levantando a situação sócio-econômica precária do município, sem levantar a palavra pobreza, mas ressaltando que este fator eleva a escola a ponto de referência social para os jovens, que não possuem opções de lazer e poucas oportunidades de trabalho. Neste sentido, podemos contemplar pontos positivos em meio às dificuldades. O município de São Jerônimo da Serra é um município pobre, que sofre com administrações corruptas e com uma grande parcela da sociedade inconsciente para seus direitos e deveres, e ainda, o que é mais crítico: pessoas que desconhecem a concepção da corrupção, que desconhecem a lei de responsabilidade fiscal, e aquelas que simplesmente ignoram-na, não cumprindo ou não exigindo seu cumprimento. Pela falta de lazer, falta de oportunidades, como já citado, os alunos desta comunidade vêm a escola por outro olhar, tem nela um espaço delas, uma escola que não é só o local de estudar, mas de se divertir, podendo jogar bola nos horários vagos e intermediários, com “wifi” – internet liberada para os alunos, fazendo estas ações uma grande diferença. As oficinas de contra-turno do Programa mais Educação são bastante frequentadas, haja vista que na comunidade os alunos não têm muitas opções, pois não há cursos e nenhum tipo de projeto fora da escola. A escola estadual São Jorge oferece oficinas de esportes, de futsal, leitura, histórias em quadrinhos, canto e coral e rádio escola, além disso, a escola também oferece aulas de violão. A escola possui uma boa estrutura de material, com violões, instrumentos musicais, equipamentos de rádio para a oficina. No entanto, possui muitas dificuldades em relação ao laboratório de informática, no qual não há manutenção por parte do estado e também por falta de recursos da escola. Percebe-se também que alguns alunos participam ativamente das

atividades da escola para fugir do trabalho pesado da agricultura como carpir, plantar e colher café, entre outros. Em relação ao perfil da escola o PPP deixa claro o seu papel com tendências da pedagogia sócio crítica; os conteúdos e métodos, os pressupostos de aprendizagem, relacionamento aluno-professor e as manifestações da prática escolar. Para a prática pedagógica segundo o PPP, alguns itens nos chamam a atenção: - conhecer os alunos tanto no aspecto cognitivo como sobre os aspectos da atividade; - tomar como ponto de partida as experiências dos alunos, o conhecimento da vida cotidiana, mediando para daí articular com o conhecimento universal; e assim estar norteado para a elaboração do seu plano pedagógico. Sobre a sala de aula fala sobre o vínculo afetivo criado pelo professor e oferece sugestões para o reconhecimento de características pessoais dos alunos e levantamento de suas experiências para ponto de partida e também de ter o aluno como aliado para a organização da sala; definir conteúdos a partir das matrizes curriculares e adequá-los de acordo com a realidade levantada. Finaliza com sugestões de observações em relação a aluno-aluno; à aprendizagem – experiências e êxitos; concepção do “erro”, ensino e aprendizagem e conteúdos escolares. A respeito da Hora-atividade do professor coloca-se a importância da hora-atividade ser organizada por disciplina para que os professores possam planejar e trocar experiências, no entanto, mais uma vez o fator dos professores atuarem em mais de uma escola não deixa possibilidades para esta organização, sendo, portanto, em horários individuais. A seguir aborda sobre o estudo das culturas: do Paraná, Afro-brasileira, Africana e Indígena. Ao concluir o PPP ressalta-se que o município de São Jerônimo da Serra por ser basicamente agrícola, provoca uma estratégia de trabalho educacional voltada para a formação de valores ligados a terra e a cultura local onde o indivíduo se coloca como parte principal no processo de construção de saberes e identidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste artigo pode-se concluir que a questão da pobreza está no documento analisado, embora apareça com outros sinônimos como: baixa renda, famílias carentes, entre outros. Tendo em vista a comunidade da escola analisada ser pobre, com poucas perspectivas e diversificações de trabalho, realmente não teria

como o Currículo Escolar não levar tais fatores em consideração. No entanto, o que pode-se perceber e comprovar na prática docente³ é o distanciamento entre o currículo e a escola, e, do currículo e do aluno, principalmente, do aluno pobre. O Projeto Político Pedagógico, que deveria representar a síntese da escola, acaba sendo o que apenas se espera da escola, sem acontecer na prática.

Um dos fatores relevantes levantados nesta pesquisa, é a ausência de profissionais da comunidade na escola. Essa situação facilita o não reconhecimento, a não identificação, e o desconhecimento dos problemas da comunidade. A alta rotatividade dos profissionais é outro fator que dificulta a efetividade do que está no papel. Quando esses profissionais começam a identificar, conhecer e reconhecer o meio em que os alunos estão inseridos, acabam trocando de escola, assim, reforça-se a perpetuação da pobreza tratada com preconceito e estereótipos. Além disso reforça-se a ausência de responsabilidades, pois, essa situação acaba sendo colocada como problema de outros; não levando-se em consideração que é dever da escola, da docência e dos currículos garantir-lhes o direito à educação, ao conhecimento, longe da desigualdade em que são colocados pela condição da pobreza.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. 8ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ARROYO, Miguel G. **Pobreza e Currículo: uma complexa articulação**. Módulo IV. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Mec, 2016.

BIE/Unesco Maputo, Junho de 2006. **Como poderá o currículo contribuir para a luta contra a pobreza?** <http://www.ibe.unesco.org/sites/default/files/SeminaireRegional_Maputo_juin06_PresentationProjet.pdf> Acesso em: 20/08/16

³ A pesquisadora atua na escola como professora, por isso muitas das observações e percepções se dão em virtude de sua experiência como professora de tal escola.

COSTA, Gisele Maria Tonin da. **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: elementos de sua identidade e situações pedagógicas do cotidiano que são provocadoras de um processo de ressignificação.** <http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/144_1.pdf> Acesso em 21/08/16

FREIRE, Paulo, 1921-1997. **Pedagogia do Oprimido.** 60ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

MANDELLI, Maria Teresa; SOARES, Dulce Helena Penna; LISBOA, Marilu Diez: **Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional** <<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/723/587> > Acesso em: 04/10/16

NEVES, Claudia Vidaletti Matos. **As relações de poder presentes no Currículo Escolar dos anos iniciais do Ensino Fundamental do município de Itajaí (SC).** <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/838-0.pdf> Acesso em: 21/0/16

Projeto Político Pedagógico/ A Identidade da Escola Sistema de Ensino Portal Educação e Sites Associados - Texto Fragmentado do material didático <<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/3550/projeto-politico-pedagogico-a-identidade-da-escola> > Acesso em: 21/08/16

Projeto Político Pedagógico Colégio Estadual do Campo São Jorge <http://www.sensjorge.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/8/2490/523/arquivos/File/ppp_saojorge_12-2012.pdf>

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. **Um gosto amargo de escola: relações entre currículo, ensino e fracasso escolar.** 2ª ed. – São Paulo: Iglu, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 156 p. [Resenha]* <<http://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/83/2679>> Acesso em: 20/08/16>